

Lei nº 043/89, de 12.09.89.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

Projeto de Lei nº 04 de 05 de setembro de 1.989.

Autoriza o Poder Executivo a doar uma área de 6.000 m² para a construção de uma Escola da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC).

A CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ, estatui e eu sanciono' a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar um terreno na área Urbana, sito à Trav. Antonio Augusto dos Santos Filho' medindo 60 m (Sessenta metros) de frente por 100 m (Cem metros) ditos de fundo, para construção de uma Escola da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC).

Parágrafo único - As despesas decorrentes da escritura de doação, ocorrerão por conta deste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo Municipal de Afuá, 05 de setembro de 1.989.

Em 12-09-89
APROVADO
Pelo Presidente da Câmara

Emilson dos Santos Gonçalves
Emilson dos Santos Gonçalves.
Prefeito Municipal.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ

AVULSOS DE PROJETOS DE LEI Nºs 04/90 e 05/90.

Afuá, 22 de junho de 1990.

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS.
PROCESSOS Nºs 01/90 e 02/90.

PARTE INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Afuá.

ASSUNTO: Mensagem nº 02/90 - Gabinete do Prefeito Municipal que enca-
minha Projetos de Lei, que dispõe sobre a Reforma Administrativa da
Prefeitura Municipal de Afuá e Regime Jurídico dos Servidores Muni-
cipais, Extingue e Transforma Cargos e dá outras providências.

PARECER:

É responsabilidade desta Comissão, nos termos regimentais exa-
minar e opinar sobre os Projetos de Lei que dispõe sobre a Reforma
Administrativa da Prefeitura Municipal de Afuá e Regime Jurídico dos
Servidores Municipais.

Procedendo a análise dos Projetos de Lei nºs 04/90 e 05/90, con-
cluimos que:

1) O Artº 12 do Projeto de Lei nº 04/90 que cria os órgãos de
estruturação da Prefeitura Municipal de Afuá, no inciso VI, fere o
Artº 08 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Muni-
cípio de Afuá, cuja redação é a seguinte:

- "Cento e oitenta dias, da data da Promulgação desta Lei Orgâ-
nica, o Poder Executivo Municipal, enviará Projeto de Lei, criando a
Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social!"

2) O Artº 18 do Projeto de Lei nº 04/90 fala da competência da
Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, contradiz o Artº 12 do mesmo
Projeto no seu inciso VI. E o Artº 19 do Projeto de Lei nº 04/90, tam-
bém contradiz o Artº 12 do mesmo Projeto no seu inciso VII. Pergun-
ta-se: O que na verdade V. Excia., pretende criar, Departamento ou
Secretaria?

O Projeto de Lei nº 05/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico
dos Servidores Municipais, Extingue e Transforma Cargos e dá outras
providências, no Artº 6º que estipula o Valor dos Vencimentos dos
Funcionários dos Cargos de Provimentos Efetivos de acordo com as fun-
ções que ocupam, encontramos, no nosso entender algumas incoerências
tais como:

1º) A Prefeitura cria em seu quadro três vagas para Mestre de
Lancha e quatro vagas para Motoristas e esquece de criar vagas para
Marinheiros de Convés (Marinheiro Regional) o que é uma exigência da
Capitania dos Portos

2º) Os vencimentos de Porteiros, Contínuos, Vigias, Magarefes,
Serventes Escolares e Merendeiras, serem do mesmo valor de Profissio-
nais Especializados, como Eletricistas, Encanadores e Telefonistas?
É correto?



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ

Fls. 02

Continuação ...

3º) O Artº 13 do presente Projeto de Lei, contradiz o que diz o Artº 16 do mesmo Projeto de Lei e ao mesmo tempo o Artº 7º, VII da Constituição Federal.

No Artº 7º do Projeto de Lei nº 05/90, que cria o quadro de Cargos de Provimentos em Comissão, também encontramos, no nosso entender, algumas incoerências, tais como:

1º) Existem no Município de Afuá, quatro Distritos e apenas um Cargo de Agente Distrital é criado, cujo valor do vencimento refere o Artº 38 da Lei Orgânica do Município de Afuá, que diz: "O Agente Distrital, terá a remuneração equivalente a 70% da que for fixada para os Secretários Municipais".

2º) Não concordamos que um Diretor Escolar, o qual de acordo com o Artº 211, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Afuá, o qual será escolhido por voto direto e que para fazer jus ao cargo precisa ter certas prerrogativas como: estudos adicionais, licenciatura curta ou plena, ou Administração Escolar ou um Coordenador de Pré-Escolar, recebam remuneração idêntica à de Capataz, etc.

Por esses motivos citados e outros que a Comissão deixa demencionar, pois entende que os citados são suficientes para sensibilizar a Parte Interessada. Sugerimos que V. Excia., devolva ao Poder Executivo os Projetos de Lei nºs 04/90 e 05/90, para corrigir essas distorções. Ao mesmo tempo em que os membros desta Comissão sugerem que na correção dos citados Projetos seja dado maior importância para a Lei Orgânica do Município de Afuá e que membros do Poder Legislativo sejam convidados para opinar sobre tão importantes Leis.

Aquino de S. Vaz
Presidente da Comissão

Carla Farias

Vice-Presidente da Comissão

Edmundo

Membro